

POLÍTICA E PRÁTICA EDUCACIONAL PÚBLICA DE (RE)AFIRMAÇÃO IDENTITÁRIA EM CONTEXTO BILÍNGUE PORTUGUÊS/POMERANO

Prof.^a Ms Adriana Vieira Guedes Hartuwig
Faculdade da Região Serrana- FARESE- ES/Brasil
adrianaugh@yahoo.com.br

Síntia Bausen Kuster
Mestranda CE/PPGE/UFES /Brasil
Sintiabk@gmail.com

Este texto discute aspectos da implantação do Programa de Educação Escolar Pomerana - Proepo, formalizado por meio de parceria interinstitucional entre cinco prefeituras no estado do Espírito Santo - Brasil. Trata-se de um programa educacional público municipal que desenvolve um trabalho político e pedagógico bilíngue que tomou como ponto de partida a formação de professores bilíngues pomerano/português. As ações de fortalecimento e valorização da língua e da cultura pomerana têm sido compreendidas como uma necessidade educativa local que, além de resgatar aspectos históricos, contribui para elevar a auto-estima dos/as estudantes e para o processo de identificação e (re)afirmação cultural deste povo, com importantes impactos na implementação de políticas culturais públicas.

Palavras- chave: Pomeranos; Língua pomerana; Proepo.

INTRODUÇÃO

Nas últimas duas décadas, embora timidamente, o nosso país tem despertado para um movimento de promoção de políticas das línguas minoritárias em seu território. Nessa nova configuração comunitária que acentua a valorização das línguas minoritárias e reconhece a existência da diversidade linguística, pode-se afirmar que, essa nova proposta se opõe às práticas monolíngues que perduraram por anos na sociedade brasileira e tem aclamado pesquisadores dispostos a olhar de perto estas questões, afinal “o monolinguismo de nascimento é considerado como a situação normal e, portanto, a mais estudada. As outras situações são vistas, de certo modo, como anomalias devido às circunstâncias, não como um tema privilegiado para a pesquisa” (FERREIRO, 2013, p.40).

Muito mais do que simplesmente comunicar ou expressar em nível individual, tem se tornado mais evidente aos governos a importância de cada língua como expressão de identidade cultural de um determinado grupo. Nesse sentido, a compreensão da diversidade e de seu lugar no mundo tem estimulado a formulação de políticas públicas voltadas às questões linguísticas mais justas e afinadas com os valores da tolerância e da convivência com as diferenças, através das quais se possam construir novos espaços para as diversas línguas no pluralismo linguístico brasileiro e internacional.

Atrelado ao movimento local e global de (re)afirmação identitária surge em 2005, o Programa de Educação Escolar Pomerana – Proepo, uma parceria interinstitucional desenvolvida em cinco municípios do Espírito Santo, a saber: Domingos Martins, Laranja da Terra, Pancas, Santa Maria de Jetibá e Vila Pavão. Neste artigo destacaremos a experiência do programa implementado em Santa Maria de Jetibá-ES, por ser o lócus de nossa pesquisa.

Atualmente o Proepo é um programa político e pedagógico bilíngüe que envolve várias ações, mas tem como objetivo principal valorizar e fortalecer a cultura e a língua oral e escrita pomerana. O objetivo deste texto é justamente descrever e compartilhar as experiências de como o Proepo tem construído seu trabalho pedagógico nas escolas e evidenciar as ações políticas que ultrapassaram os muros da escola e desencadearam a instituição de políticas públicas locais e nacionais com o intuito de garantir o direito à alteridade dos pomeranos.

Em primeiro plano, o texto traz algumas informações sobre a história, cultura e língua do povo pomerano. Na sequência, o trabalho aborda o percurso educacional dos pomeranos expondo as “tentativas” de silenciamento da língua e da cultura pomerana e os aspectos da implantação do Proepo, bem como seus objetivos, a metodologia do programa, as ações desencadeadas como políticas públicas de (re)afirmação identitária nas comunidades pomeranas do estado Espírito Santo, principalmente no que tange aos aspectos de formação de professores e seu desenvolvimento nas escolas. Ao final, trazemos algumas inferências políticas e pedagógicas sobre o significado das mudanças ocorridas no cenário educacional desse povo.

As informações e análises contidas no trabalho são frutos de pesquisas de mestrado já concluídas e em andamento desenvolvidas no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo/Brasil. A continuidade de investigações voltadas à questão multicultural respalda-se no reconhecimento de que estamos inevitavelmente implicados em suas práticas e que não se trata de superestimar a dimensão cultural e desvinculá-la da problemática da desigualdade e da exclusão social, nem de subestimá-la como um sub-produto desta realidade. “O importante é, tendo presente a configuração político-social e ideológica do momento, não negar a especificidade da problemática cultural nem considerá-la de modo isolado e autocentrado” (CANDAU, 2005, p. 13).

HISTÓRIA, CULTURA E LÍNGUA POMERANA

Por causa de conflitos internos devido a invasões de estrangeiros, os pomeranos vieram para o Brasil em busca de melhores condições de vida. No período da imigração, a Pomerânia estava sob o domínio da Prússia, hoje esse território pertence à Polônia.

Os primeiros imigrantes chegaram ao Espírito Santo em junho de 1859, época anterior ao processo de unificação da Alemanha do século XIX. Provenientes, em sua maioria da Pomerânia Oriental, as maiores levas, porém, chegaram entre os anos 1870 e 1874, quando a imigração também cessou. A grande maioria, porém, imigrou da Europa para os Estados Unidos e para Austrália.

Os pomeranos são um povo camponês e recriaram, ao longo do século e meio de permanência em solo sul-americano, o modo de vida camponês. Eles mantiveram o uso da sua língua materna – o Pomerano -, suas festas comunais, seus rituais e danças, além dos seus costumes culturais e maritais, os atos mágicos que acompanham os ritos de passagem como confirmação, casamento e morte, a continuidade da narrativa fantástica da tradição oral camponesa, segundo Tressmann (2005).

A língua pomerana, um dos traços mais significativos desse povo, é falada no Brasil em comunidades do Espírito Santo, Minas Gerais, Rondônia, Santa Catarina e Rio Grande

do Sul. A maioria dos falantes são bilíngues em pomerano e português. De acordo com os estudos de Tressmann, o pomerano é praticamente desconhecido na Europa, sendo falado somente no Brasil e Estados Unidos.

Os pomeranos de Santa Maria de Jetibá não são totalmente desligados de suas raízes da antiga Pomerânia, pois têm mantido vivo no exílio um forte senso do que é a “terra de origem” e tentado preservar uma “identidade cultural pomerana” (HARTUWIG, 2011). Atualmente, o município é considerado o mais pomerano do Brasil e um dos núcleos mais populosos do povo pomerano no mundo.

O PERCURSO EDUCACIONAL DOS POMERANOS E A CRIAÇÃO DO PROEPO

No Brasil, e particularmente no Espírito Santo, a diversidade cultural apresenta uma configuração própria. Nosso Estado está consolidado sob uma base multicultural muito forte, onde as relações interétnicas têm sido uma constante, através de toda a história, aliás, uma história dolorosa e silenciadora, principalmente no que diz respeito aos grupos indígenas, afro-descendentes e pomeranos.

Nossas pesquisas corroboram o fato de que a escola sempre esteve apta a trabalhar com sujeitos prontos, fixos, acabados, com certezas e saberes imutáveis, e mesmo recebendo crianças com suas especificidades linguísticas e culturais, como é o caso das crianças descendentes de pomeranos, as recebeu (talvez ainda as receba) negligenciando essas diferenças, tentando assimilar todos a uma cultura e a uma língua geral ou nacional, acarretando certas consequências que geram dificuldades na aprendizagem.

Desde a época da chegada dos pomeranos ao Brasil, a educação pública de qualidade tem sido um direito historicamente negado aos grupos economicamente desfavorecidos e também aos grupos compostos por “minorias” étnicas e linguísticas. Segundo Weber (1998), os imigrantes pomeranos esperavam que as autoridades brasileiras proovessem o acesso à escolarização, porém estes não davam conta de atender nem a população já

estabelecida. Assim, os imigrantes mais instruídos ministravam as aulas aos mais novos, mas se restringiam a aprender a ler, escrever e fazer cálculos.

Segundo Hartwig e Foerste (2010), as pesquisas de mestrado na área educacional, desenvolvidas por pesquisadores da Universidade Federal do Espírito Santo em contexto pomerano: Mian (1993), Weber (1998), Siller (1999), Ramlow (2004) e Hartwig (2011) já vinham denunciando os ataques à alteridade e às especificidades desse povo e sinalizando a importância e a necessidade de reflexões e ações que superassem esses problemas.

Estas pesquisas demonstraram que as práticas escolares desconsideravam a cultura e a língua pomerana, e trazem relatos de professoras que eram orientadas a proibir o uso da língua materna durante os períodos considerados pedagógicos, sob a alegação de que a função da escola era ensinar a ler e escrever na língua “oficial”, ou seja, o Português. As crianças de descendência pomerana ao ingressarem na escola sentiam-se e eram sentidas como “estranhos fora do ninho”. A dificuldade em se comunicar em Português gerava extrema timidez nessas crianças impedindo-as de participarem de forma espontânea e ativa das atividades escolares. Mesmo quando solicitadas a falar em sua língua ou em português, mantinham-se, muitas vezes, quietas e acanhadas durante as aulas. Em vários momentos foram presenciados relatos de crianças que tinham medo de fazer perguntas referentes aos conhecimentos escolares por causa da dificuldade de comunicação. O recreio era o único momento em que as crianças se sentiam livres para conversarem na língua materna.

Era muito comum ouvir narrativas das famílias de crianças de origem pomerana que diziam se sentir muito tristes ao perceberem que seus filhos pararam de falar o Pomerano depois que ingressaram na escola. Outros se sentiam culpados por não terem ensinado a língua pomerana, mas ao mesmo tempo confessavam que, agindo assim, poderiam proteger seus filhos de enfrentar as mesmas dificuldades pelas quais passaram no período da escolarização, sofrimentos relacionados ao preconceito e a exclusão.

As narrativas sobre a escolarização dos pomeranos de Santa Maria de Jetibá estão marcadas pela negação e silenciamento da alteridade pomerana. Os processos de negação se deram também no plano das representações e no imaginário social. Existem muitos registros e relatos que evidenciam as formas como os pomeranos foram inferiorizados, destacamos alguns deles:

Por falar a língua pomerana tinha facilidade em me comunicar com os alunos e com as famílias. Por outro lado, os professores eram proibidos de falar e interpretar a língua pomerana com os alunos, até mesmo no recreio. A Secretaria de Estado da Educação fiscalizava a atuação dos professores por meio de Inspectores e, caso houvesse denúncia, eram aplicadas penalidades por descumprir as ordens, pois era uma forma de obrigar o pomerano a aprender a língua portuguesa. Era difícil tanto para o professor quanto para o aluno (Relato escrito da professora Sabina Joana Uliana que atuou pela primeira vez como docente em 1955 em escola de zona rural do então município de Santa Leopoldina, Jornal EEEFM “Graça Aranha”, Santa Maria de Jetibá, 2007 , 1ª Edição)

Assim, verificamos que a língua pomerana foi negada, no mínimo duas vezes, primeiro quando constatamos que o ensino destinado aos colonos era ministrado na língua alemã (SCHWARZ, 1993; WEBER, 1998) e depois quando a obrigatoriedade era aprender a língua portuguesa, devido à política de nacionalização instituída por Getúlio Vargas, em 1937.

(...) até os anos de 1930, o alemão era a língua oficial ensinada nas escolas comunitárias do Espírito Santo, pelos pastores e/ou professores da Alemanha que não falavam o pomerano e sabiam muito pouco o português. Logo, as crianças não entendiam direito o que ouviam, liam e escreviam, porque o alemão não era a sua língua e as aulas aconteciam de duas a três vezes por semana, durante dois ou três anos apenas. Depois disso, normalmente as crianças ajudavam os pais na roça. Com a proibição do alemão nas escolas e igrejas, durante a Segunda Guerra Mundial, pelo governo Vargas e a chegada de pastores/professores brasileiros nas comunidades espírito-santenses, o alemão perdeu essa função (Relato escrito da professora Rosalina Koelher, setembro de 2010).

Mas apesar da dupla negação, esses sujeitos históricos escolheram resistir e continuaram afirmando fortemente suas identidades culturais em seu cotidiano familiar. De acordo com a análise documental de atas de reuniões, relatórios e pré-projetos arquivados na Secretaria Municipal de Educação de Santa Maria de Jetibá, a idealização do Proepo surgiu a partir de preocupações de pais, mães, membros das comunidades, professores e pesquisadores diante de dificuldades enfrentadas pelas crianças de origem pomerana

durante a escolarização, principalmente nas séries iniciais, ao ingressarem falando somente a sua língua pomerana.

Dentre as dificuldades mais preocupantes em relação à escolarização desses estudantes, destacavam-se: o alto índice de reprovação, professoras que não falavam o Pomerano, subestimação da capacidade de aprendizagem dos alunos pomeranos, exclusão dos alunos das práticas escolares por não serem compreendidos em sua língua e nem compreender a língua portuguesa levando essas crianças a serem extremamente tímidas. Além disso, passou a ser considerável falar o número de descendentes jovens que deixaram de utilizar a língua pomerana. Afinal, a criança de origem pomerana ao ingressar na escola de Ensino Fundamental é incumbida de realizar duas tarefas simultâneas: aprender outra língua e atender aos objetivos do período de alfabetização aprendendo a ler e escrever na língua oficial, tendo que abrir mão de sua língua materna.

É nesse contexto de inquietações sobre a diferença ou o anseio pelo direito à diferença que no ano de 2003, pesquisadores e professores em conjunto com as Secretarias Municipais de Educação de cinco municípios capixabas: Laranja da Terra, Domingos Martins, Pancas, Santa Maria de Jetibá e Vila Pavão, colonizados por descendentes pomeranos, começaram a se reunir e discutir uma política de educação em prol da valorização e o fortalecimento da cultura e a língua oral e escrita pomerana nas escolas públicas dos municípios em questão. Entre reuniões periódicas, levantamentos do número de falantes nos municípios e diálogos com a Secretaria de Estado da Educação, o Proepo só veio a se tornar realidade no início de 2005, a partir do momento em que os órgãos públicos municipais passaram a apoiar de fato o projeto¹. Desse modo, o movimento de revigoração da língua e da cultura pomerana se consolidou mediante a parceria de um trabalho colaborativo entre as prefeituras.

¹ Só em 2007, o projeto foi instituído programa, por acreditar que esse seria um trabalho contínuo e consistente, evidenciando que suas ações viessem a ser garantidas em lei.

Porém, é importante ressaltar que a criação do Proepo só foi possível graças à capacidade desse povo em articular parcerias interinstitucionais, fortalecendo formas antigas de organização social tão urgentes de serem visibilizadas e praticadas pela sociedade atual. Essas formas antigas, e que merecem ênfase, se referem a práticas comunitárias identificadas entre os pomeranos na época da imigração e nos dias atuais.

O sentimento coletivo e altruísta pode ser desvelado por meio de narrativas de memórias dos mais antigos e pode ser percebido nos dias atuais quando esse povo se reúne para realizar festas comunitárias, religiosas e casamentos. Filmes e documentários² sobre a cultura pomerana retratam de forma clara o sentimento comunitário dos pomeranos nos momentos em que se reuniam para construir pontes, estradas, casas, festas comunitárias, casamentos, etc.

A concretização dessa parceria que até então era garantida através da oralidade fica estabelecida por meio de decreto em junho de 2009, período marcado pelas comemorações dos 150 anos de imigração pomerana em solo espírito-santense. O termo de parceria celebrado, assegura o compromisso das prefeituras em dar sustentabilidade e estabilidade ao programa. Sobre essa importante prática de parceria concordamos com Foerste (2013, p.107) a parceria consiste como prática emergente de colaboração, cooperação, partilha de compromissos e responsabilidades entre diferentes instituições e/ou grupos interessados no desenvolvimento e resgate da profissão docente.

A METODOLOGIA E OS OBJETIVOS DO PROEPO

De acordo com o texto apresentado no II Congresso Consad de Gestão Pública em Brasília, 2008, o Proepo tem como objetivo geral “desenvolver nas escolas públicas um projeto pedagógico que valorize e fortaleça a cultura e a língua pomerana, representadas por meio da língua oral e escritas, danças, religião, arquitetura e outras tradições”. E os objetivos específicos são:

² Sugestão: ver documentário “Pomeranos, a trajetória de um povo”. Direção Vanildo Kruger, 2009.

I - Introduzir uma educação intercultural bilíngue (Pomerano e Português).

II- Desenvolver nos alunos a habilidade de leitura e escrita na língua pomerana.

III - Compreender a importância da preservação da língua pomerana como veículo de transmissão cultural dos descendentes.

IV - Proporcionar aos alunos acesso aos conhecimentos universais a partir da valorização da sua língua materna e dos saberes tradicionais.

V - Valorizar a língua pomerana como elemento fundamental da identidade sócio cultural no ambiente escolar, promovendo a autoestima dos alunos.

VI - Trabalhar a importância da língua pomerana e o modo de vida camponês como fatores de identidade étnica e cultural.

A partir dos objetivos traçados, em 2005, deu-se início ao projeto de formação continuada para professores pomeranos bilíngues. Até 2012, os encontros de formação de professores aconteciam quinzenalmente em seus respectivos locais e, anualmente, ocorria encontros intermunicipais com objetivo dos/as professores/as trocar experiências pedagógicas. Em 2013, com a transição dos governos municipais, a organização do programa não segue mais a mesma estrutura de trabalho.

Quanto às estratégias de organização do Proepo, cada município parceiro é responsável pelo seu desenvolvimento, isso ocorre para que o programa seja moldado de acordo com as necessidades e possibilidades locais. Em Santa Maria de Jetibá, o currículo é organizado para atender a rede municipal nas modalidades da Educação Infantil e o Ensino Fundamental.

Na Educação Infantil, a carga horária das aulas do Proepo consiste em uma hora semanal. Os saberes trabalhados são articulados com as diferentes áreas do conhecimento asseguradas no Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil e nas Diretrizes Nacionais para a Educação Infantil, por meio de projetos norteadores pautados na Proposta Pedagógica da Secretaria Municipal.

No Ensino fundamental, dos Anos iniciais, o trabalho é realizado com base no mesmo modelo da Educação Infantil. Nos Anos Finais, a carga horária é de uma hora semanal e garantida obrigatoriamente na grade curricular. O trabalho pedagógico é desenvolvido por meio de projetos interdisciplinares que dialogam com os eixos temáticos do currículo.

O planejamento das aulas ocorrem semanalmente na Secretaria Municipal de Educação, junto aos professores e a coordenadora do Proepo. Os planos de aula, além de serem construídos com base nos conteúdos das diversas áreas de ensino, também contam com a inserção de temas semestrais propostos a partir de diálogos entre pedagogas e professores/as da rede municipal.

Os temas escolhidos são condizentes e contextualizados com a realidade campesina, entre alguns, destacamos: Aspectos da história da cultura pomerana e imigração; Aspectos gramaticais da língua (letras do alfabeto, artigos, substantivos, adjetivos, verbos Identidade linguística); Identificação pessoal: Sobrenome, histórico Familiar; Partes do corpo; Higiene e cuidados com o corpo; Cumprimentos; Instrumentos de trabalho; Plantas medicinais; Profissões; Cumprimentos; Numerais e cálculos, Cores; Identidade cultural; Moradia; Diversos textos sobre o modo de vida campesina.

As ações do Proepo continuamente estimulam os professores a incorporar variados formatos educativos no plano de atividades, como: jogos, canções, leituras, produção de textos, dramatizações, artes. Os momentos de formação “funcionam como ateliês de criatividade onde os educadores constroem seus materiais pedagógicos usufruindo de saberes artísticos e artesanais presentes em sua cultura” (HARTUWIG, 2011, p.152).

Atualmente o Proepo em Santa Maria de Jetibá, atende 3450 matriculados, em 48 escolas (Educação Infantil e Ensino Fundamental) que são atendidas por 10 professores itinerantes e 09 professores de sala regular, todas bilingues Português/Pomerano. Segue abaixo quadro demonstrativo de estudantes atendidos pelo Proepo:

Modalidades de ensino		Total de alunos atendidos	Total de alunos
EDUCAÇÃO INFANTIL	Creche	394	1226
	Pré-escola	832	
ENSINO FUDAMENTAL	Anos Iniciais	1544	2224
	Anos Finais	680	

Tabela1: Demonstrativo de estudantes atendidos pelo Proepo em 2013.

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Santa Maria de Jetibá, 2013

O PROEPO COMO MOVIMENTO POLÍTICO E PEDAGÓGICO DE (RE)AFIRMAÇÃO IDENTITÁRIA E SUAS CONQUISTAS

Ao longo do desenvolvimento do Proepo, surgiram muitos questionamentos no sentido de pensar a escola como único espaço capaz de garantir a preservação da língua. Diante da preocupação e, considerando o interesse das comunidades em manter a língua e seu uso, concluiu-se que seria necessário reconhecer a língua pomerana, no sentido de resguardá-la também na sociedade e principalmente nas repartições públicas do município através de uma lei de cooficialização. Para efetivação da lei, especificamente em Santa Maria de Jetibá, a prefeitura municipal contactou o Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística-IPOL, entidade com sede em Florianópolis/SC, que atua na promoção da diversidade linguística e cultural do Brasil e dos países do Mercosul.

Essa iniciativa de cooficializar uma língua de imigração foi pioneira no Brasil, visto que, o primeiro município brasileiro a ter além do Português, outras línguas com o status de oficial, foi São Gabriel da Cachoeira no Amazonas, porém trata-se de línguas indígenas (Tukano, Baniwa e Nheengatu).

Também, foi criada por meio de Decreto Municipal nº 203/2007 a Comissão Municipal de Políticas Linguísticas, tendo representatividade de órgãos governamentais e não governamentais para discutir assuntos pertinentes à língua e, sobretudo, criar o entendimento sobre o processo de cooficialização. De acordo com Oliveira³ “co-oficializar uma língua não se traduz em ameaça dos direitos dos não pomeranos, antes pelo contrário, é uma riqueza e uma oportunidade para que todos se tornem bilíngues”.

O atendimento público na língua oficial e na língua pomerana já era uma política informal adotada por vários segmentos públicos e privados do município, no entanto, torná-la oficial contribui decididamente para o fortalecimento e manutenção da língua e de seus falantes, assegurando sua vitalidade e permanência para as gerações futuras.

Após dois anos de amplas discussões e debates, e mediante o parecer jurídico elaborado pelo IPOL e posteriormente, a elaboração do Projeto de Lei através da assessoria jurídica da prefeitura municipal de Santa Maria de Jetibá, que culminou com a lei nº 031/2009, em junho de 2009, aprovada por unanimidade na câmara de vereadores a lei de co-oficialização da língua pomerana. A partir de então, o Pomerano passou a ter ao lado do Português, o *status* de língua reconhecida oficialmente e o município, obrigações a assegurar seu uso na sociedade, implementando políticas públicas necessárias ao cumprimento da lei de co-oficialização.

Algumas evidências da democratização no uso de ambas as línguas já podem ser percebidas nos municípios através de diferentes manifestações orais e escritas, observadas em placas de sinalização, panfletos bancários, outdoor, programas de rádio, grupos musicais, entre outros.

Durante a gestão anterior, realizou-se no município um vasto censo sociolinguístico para levantar dados concretos das línguas faladas em seu território, a fim de constatar as individualidades linguísticas específicas de cada comunidade, sua perda geracional, seu

³ Comentário proferido por Gilvan Müller de Oliveira, coordenador geral do Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística- IPOL, em ocasião de reuniões de assessoria do processo de cooficialização em Santa Maria de Jetibá em 2008.

uso, sua veiculação e que fornecerá as informações necessárias para que o poder público possa converter a lei de cooficialização da língua pomerana em realidade, concebendo políticas educacionais e culturais ligadas à cultura. A publicação destes dados está prevista para o primeiro semestre de 2014.

Oficialmente os primeiros resultados do censo realizado não foram divulgados, porém a atual diretora do IPOL, Rosangela Morello, apresentou algumas informações sobre esta pesquisa durante o encontro intermunicipal dos municípios parceiros do Proepo “Encontrão do Proepo”, ocorrido em julho de 2011, em Laranja da Terra. Ela demonstrou dados que revelam: apesar da primeira etapa do censo abranger apenas 42,65% da população santamariense, a língua pomerana é mais usual entre aqueles que residem na zona rural, onde está concentrada a maior parte da população do município.

Em nível nacional, houve outra importante conquista que corrobora o reconhecimento do povo pomerano como grupo pertencente aos Povos e Comunidades Tradicionais no Brasil. O Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos povos e Comunidades Tradicionais, compreende povo de culturas tradicionais como: *Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.*

Entre os Povos e Comunidades Tradicionais no Brasil, estão os povos indígenas, os quilombolas, povos de terreiro, seringueiros, geraizeiros (cerrado), quebradeiras de coco babaçu, ciganos, faxinalenses, caiçaras, comunidades de fundo de pasto, os extrativistas, os ribeirinhos, os pescadores artesanais, os pomeranos, e recentemente, as mangabeiras.

A análise da pesquisa de Hartuwig (2011) demonstra que as ações do Proepo contribuem para a desconstrução da concepção de que o bilinguismo é uma desvantagem, um obstáculo ao êxito da educação e à aprendizagem, sobretudo quando a língua pomerana é ridiculamente chamada de “dialeto” ou língua “baixa”. As preocupações sobre a visão estereotipada da escola em relação às crianças oriundas da

cultura pomerana e a possibilidade da perda linguística se destacam como os principais motivos que levaram à criação dessa parceria. As práticas escolares consideram a cultura pomerana e cooperam para preencher a lacuna entre formação pedagógica e trabalho local. A partir do trabalho desenvolvido pelos/as professores/as do Proepo constata-se que a cultura local é valorizada na escola. Aprendemos com Jean Claude Fouquin e Paulo Freire que ao promover a ação formadora com base na cultura, há o reconhecimento de que a matriz da educação é a própria cultura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos dados coletados em nossas pesquisas, podemos afirmar que as ações de (re)afirmação cultural desenvolvidas, desde a implantação do Proepo até o dias atuais, representam importantes significados nas esferas educacional e política.

Em termos educacionais, Hartwig (2011) afirma que a oportunidade dos professores(as) pomeranos(as) planejarem sua prática pedagógica com base em conhecimentos históricos, culturais e linguísticos próprios representa uma oportunidade de ruptura para com orientações que são planejadas e impostas por pessoas de fora do contexto local. A prática da autonomia é exercida por sujeitos históricos que constroem e assumem a educação dos(as) educandos(as) de Santa Maria de Jetibá, garantindo assim que a cultura local faça parte do cotidiano escolar. Além disso, o Proepo se configura também como uma iniciativa que rompe com o modelo pedagógico baseado no paradigma da “privação cultural”, onde o aluno sempre é o problema, onde a cultura do diferente é que não se adéqua ao modelo hegemônico, ao modelo de cultura idealista elitista onde o aluno visto como o não civilizado e a escola com a tarefa de civilizar acaba excluindo e acentuando o preconceito. Portanto, o Proepo é uma ação que considera a cultura dos(as) alunos(as) pomeranos(as).

Conseqüentemente, o reconhecimento e a valorização da língua e da cultura pomerana pelos sistemas de ensino locais tem contribuído para o fortalecimento da auto-estima dos(as) alunos(as) e dos(as) professores(as). O programa representa a oportunidade

dos/as professores/as pomeranos/as desenvolver melhor uma estima de si mesmas e dos outros. Além da motivação dos(as) professores(as), dos(as) alunos(as) e das famílias, um dos resultados apontados pela incorporação dos estudos da cultura e da língua pomerana no currículo escolar é a melhora de desempenho dos(as) estudantes do município de Santa Maria de Jetibá, especialmente nos primeiros anos de escolarização.

Quanto à dimensão política das ações desencadeadas, os objetivos do Proepo vão muito além daqueles que estão descritos, pois os pomeranos buscam o reconhecimento e garantia do direito de vivenciarem sua pomeraneidade. De acordo com Kuster e Hartuwig (2010) aprender e estudar não se restringe, porém, para os pomeranos, à simples alfabetização ou à aquisição de conhecimentos sobre o mundo dos cidadãos. A escola deve estar a serviço também da própria valorização da cultura pomerana, isto é, valorização da dinâmica constituição de sua identidade étnica e social.

A escola, entendida nessa acepção, emerge enquanto fórum de debates sócio-políticos, levando ao desencadeamento de novas formas de expressão e reivindicação da etnicidade enquanto uma estratégia de um grupo particular, no caso, os pomeranos do Espírito Santo.

A criação de políticas públicas que assegurem o direito ao reconhecimento e valorização da língua pomerana o povo pomerano tem alcançado conquistas importantes que não tem sido consolidadas de forma estática, ao contrário, existem ainda muitas metas etapas a serem vencidas. A partir da interpretação dos dados coletados pela pesquisa, que está sendo realizada no município, será possível realizar reuniões em cada comunidade para ouvir as necessidades de cada grupo e assim elaborar planos de ações e metas de acordo com as proposições da coletividade.

Se o último censo linguístico realizado no país prenunciou a extinção de línguas tradicionais faladas em seu território, a ideia agora se contrapõe no sentido de legitimar a diversidade linguística existente em nosso meio, através de ações isoladas e determinadas por uma vontade política regional. Essa talvez seja uma ação afirmativa e bem sucedida de reconhecer e ampliar o quadro de legitimidade das línguas brasileiras (KUSTER, 2010 *apud* HARTUWIG, 2011, p. 168).

A partir desse argumento, podemos inferir que, apesar dos debates sobre a necessidade de uma atenção diferenciada aos falantes da língua pomerana na educação surgirem no momento da onda de reformas educativas e constitucionais dos anos 90 – as que reconhecem o caráter multi-étnico e plurilinguístico dos países e introduzem políticas públicas específicas para os indígenas e afrodescendentes – o Proepo é também, nesse momento, um movimento instituído por uma vontade política local e que vem sendo impulsionado pela criação de políticas públicas de reconhecimento por parte do município.

REFERÊNCIAS

CANDAU, Vera Maria. **Cultura(s) e educação: entre o crítico e o pós-crítico**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

FERRREIRO, Emilia. **A diversidade de línguas e de escritas**. In O ingresso na escrita e nas culturas do escrito: seleção de textos de pesquisa/ Emilia Ferreiro; tradução de Rosana Malerba. São Paulo: Cortez, 2013.

FOERSTER, Erineu. Pedagogia da Terra: uma avaliação qualitativa da parceria entre movimento sem-terra e universidade. In _____ *et. al* (orgs). **Cultura, Dialética e Hegemonia: práticas pedagógicas e pesquisas em educação/** organizadores: Vitória: EDUFES, 2012.

HARTUWIG, Adriana V. Guedes. **Professores(as) Pomeranos(as): Um estudo de caso sobre o Programa de Educação Escolar Pomerana - Proepo - desenvolvido em Santa Maria de Jetibá/ES**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2011.

_____; FOERSTE, Erineu. **Educação Escolar Pomerana: Os Percursos da Criação do Programa de Educação Escolar Pomerana (Proepo) e suas Conquistas**. In Práticas educacionais em contextos campestres. Disponível em: www.neaad.ufes.br/cursos/salas_virtuais.htm. Acesso em: 31 de março de 2010.

MIAN, Bernadete Gomes. **Educação de filhos de imigrantes alemães no Espírito Santo: um processo pouco explorado.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 1993.

MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa; CANDAU, Vera Maria. Educação escolar e cultura(s): construindo caminhos. **Revista Brasileira de Educação**, n. 23, p. 156-168, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782003000200012&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 14 jul. 2009.

RAMLOW, Leonardo. **Conflitos no processo de ensino-aprendizagem escolar de crianças de origem pomerana: diagnóstico e perspectiva.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2004.

SCHWARZ, Francisco. O município de Santa Maria de Jetibá: o município mais pomeranos do Espírito Santo. 1ª Edição, 1993.

SILLER, Rosali Rauta. **A constituição da subjetividade no cotidiano da Educação Infantil.** Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 1999.

TRESSMANN, Ismael. **Da sala de estar á sala de baile - Estudos etnolinguísticos de comunidades camponesas pomeranas do estado do Espírito Santo.** 2005. Dissertação (Doutorado em Estudos Lingüísticos) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

TRESSMANN, Ismael; DALEPRANE, Luzia Fiorotti; KUSTER, Síntia Bausen. **O programa de Educação Escolar Pomerana.** II Congresso Consad de Gestão Pública: Painel 54: Inovações em programas educacionais, 2008. Disponível em: www.seplag.rs.gov.br/download.asp?nomeArq=Painel_54_Sintia...pdf. Acesso em 15 de dezembro de 2009.

WEBER, Merklein Gerlinde. **A escolarização entre descendentes pomeranos em Domingos Martins.** 1998. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 1998.

